

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL) – Comunicação de Líder:**

Boa tarde, vereadoras, vereadores, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara; uso a tribuna hoje para corroborar com uma denúncia que está sendo levantada pelo movimento estudantil da UFRGS em relação ao corte de R\$ 5 bilhões no orçamento das universidades públicas, promovido pelo governo do Jair Bolsonaro, e que aprofunda ainda mais a incerteza de permanência dentro da universidade e também a precariedade imposta aos estudantes

trabalhadores, principalmente os estudantes cotistas. A UFRGS, mesmo com os sucessivos cortes no orçamento, mesmo com o enquadramento na PEC nº 55, do ajuste fiscal, vem conseguindo se manter dentro dos *rankings* de uma universidade de excelência na produção de conhecimento e na produção de tecnologia. Mas isso vem sendo muito afetado por essa política de cortes no orçamento, que vem sendo colocada nas costas do elo mais frágil da cadeia que são os estudantes, sobretudo, os cotistas.

Em 2007, a partir de muita luta, inclusive com uma ocupação de reitoria, a gente conseguiu a implementação da política de ações afirmativas e expandiu isso com a lei federal para 50% dos estudantes que ingressam na universidade. Esses estudantes têm um perfil completamente diferente do perfil histórico que estudava na universidade pública: são estudantes trabalhadores, pais e mães de família, estudantes da periferia, negros e negras. Eles têm um perfil diferente dos estudantes que, historicamente, ocupavam aquelas vagas: filhos da elite, da classe média gaúcha. É uma demanda que foi posta de ainda mais política de permanência, ainda mais restaurante universitário, ainda mais vagas em creches, ainda mais vagas na casa dos estudantes, ainda mais bolsas de pesquisa, ensino e extensão, mas, infelizmente, não é isso que a gente está vendo no cenário atual, principalmente dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O que a gente vem percebendo é exatamente o oposto com esses cortes que estão sendo implementados pelo governo federal. A posição da gestão da universidade vem sendo cortar exatamente dos bolsistas, dos estudantes cotistas, dos estudantes trabalhadores os benefícios que eles têm para continuar se mantendo ali dentro. Outro fator importante que a gente precisa denunciar é que, desde 2018, os cotistas estão passando dificuldade para conseguir efetivar a sua matrícula por falta de técnicos para analisar os documentos. Este ano, o vestibular da UFRGS vai ser em novembro, para

tentar garantir mais tempo para análise desses documentos. A questão é que os estudantes que não conseguem a matrícula efetiva estão tendo que entrar na justiça. Pela justiça, alguns deles conseguiram a matrícula precária. Matrícula precária significa que tu não tens garantia nenhuma de que as cadeiras que tu estás cursando vão ser incorporadas no teu currículo, e significa também que, a qualquer momento, tu podes ser desligado da universidade pública. No ano de 2019, este que nós estamos, continua essa mesma situação de estudantes que estão tendo que acionar a justiça para conseguir manter a sua matrícula, também de forma precária, na universidade. Isso causa um problema de aumento de evasão, de desistência por parte desses estudantes, principalmente aqueles que estão vindo de outras regiões do Estado e de outras regiões do Brasil, via Sisu. Nesse sentido, amanhã, às 10h, na Faculdade de Educação, vai estar acontecendo um ato promovido por esses estudantes que estão sendo prejudicados por essa política em âmbito de governo federal, mas também pela gestão da universidade, e é uma situação de extrema precariedade, de extrema insegurança, que nós, da Câmara de Vereadores, precisamos ter sensibilidade. São os nossos futuros pedagogos, professores, arquitetos, advogados, é o futuro do nosso País que está em jogo, a partir dessas políticas que vêm sendo implementadas não só pela gestão do Bolsonaro, mas que aprofunda ainda mais essa visão segregacionista de uma universidade para poucos, de uma universidade para aqueles que não precisam trabalhar, de uma universidade para aqueles que não precisam de assistência e permanência estudantil. Não é essa a lógica que a gente defende, a gente acredita que a universidade pública, que é paga pelos impostos de todos e todas, tem que servir para a maioria da população, para o estudante trabalhador, para estudante mãe, pai de família, para os estudantes das periferias, e para isso é essencial não só o ingresso pelas ações afirmativas, pelo Sisu, pela entrada que for, mas também a garantia da permanência desses estudantes que, enfim, não são estudantes privilegiados, são estudantes que precisam trabalhar. E a bolsa, por mais que seja mínima, R\$ 180,00, R\$ 300,00, R\$ 400,00, ajuda muito nessa compensação da renda desses estudantes. Era essa a denúncia. Amanhã, às 10h, ato na frente da Faculdade de Educação, é importante a nossa solidariedade em relação a esse movimento.

(Texto sem revisão final.)